

Agenda de Desenvolvimento Territorial

ADT Pará

Relatório de Reunião com Atores Locais

Consórcio Intermunicipal do Tapajós



Ministério do
Planejamento



SUMÁRIO

| | | |
|------|--|----|
| 1. | Introdução | 3 |
| 2. | Acesso a Direitos (Dimensão Social) | 5 |
| 2.1. | Saúde | 5 |
| 2.2. | Assistência Social | 5 |
| 2.3. | Educação | 6 |
| 2.4. | Habitação e Saneamento | 6 |
| 2.5. | Regularização Fundiária | 6 |
| 2.6. | Segurança Pública e Mobilidade Urbana | 7 |
| 2.7. | Esporte e Lazer | 7 |
| 3. | Fortalecimento Institucional (Dimensão Institucional) | 9 |
| 3.1. | Capacitação | 9 |
| 3.2. | Gestão | 9 |
| 3.3. | Finanças | 9 |
| 3.4. | Acesso a Programas de Governo | 10 |
| 4. | Inclusão Produtiva e Meio Ambiente (Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Regional) | 11 |
| 4.1. | Qualificação Técnica e Extensão Rural | 11 |
| 4.2. | Regularização Fundiária | 11 |
| 4.3. | Infraestrutura Local | 11 |
| 4.4. | Fomento à Produção, Comercialização e Geração de Renda | 12 |
| 5. | Infraestrutura (Dimensão Econômica) | 14 |
| 5.1. | Logística e Transporte | 14 |
| 5.2. | Energia | 14 |
| 5.3. | Habitação e Saneamento | 15 |
| 5.4. | Inclusão Digital e Bancarização | 15 |
| 6. | Considerações Finais | 16 |

1. Introdução

A oficina de alinhamento estratégico com os municípios que compõem o consórcio municipal do Tapajós teve por objetivo avançar na composição da Agenda de Desenvolvimento Territorial da região, buscando inserir a dimensão territorial no planejamento com três implicações imediatas: i) aproximar a oferta das políticas públicas das demandas territorialmente definidas, fortalecendo essa estratégia na definição e implementação das ações; ii) a escolha do território como plataforma de integração entre as políticas públicas com o objetivo de multiplicar os efeitos da ação governamental; iii) a possibilidade de promover articulação federativa e participação social – e mesmo integração entre os Poderes Executivo e Legislativo – no diálogo entre as perspectivas multi-escalares do desenvolvimento.

O PPA 2012-2015 do Governo Federal estabelece, na sua Dimensão Estratégica, 4 Eixos Centrais: Dimensão Social, Dimensão Institucional; Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Regional; e Dimensão Econômica.

Para melhor organização das discussões na reunião, identificou-se 4 eixos importantes para o Território: Acesso a Direitos, Fortalecimento Institucional; Inclusão Produtiva e Meio Ambiente; e Infraestrutura. Na prática, trata-se de renomeações dos 4 Eixos Centrais do PPA Federal, como sinalizado na sequência.

A dinâmica do encontro partiu da formação de 4 grupos de trabalho para a reflexão em torno dos eixos, com posterior apresentação de propostas. Note-se, entretanto, que algumas observações são transversais.

Assim, quanto ao Eixo de Acesso a Direitos (Dimensão Social), apresentou-se as dificuldades para a garantia do acesso universal a essas políticas, com ênfase em saúde, educação e assistência social.

Quanto ao Eixo de Fortalecimento Institucional (Dimensão Institucional), trabalhou-se o fortalecimento das prefeituras e de seu corpo técnico e administrativo, com ênfase em organização e dinamicidade dos processos administrativos.

Já em relação ao Eixo Inclusão Produtiva e Meio Ambiente (Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Regional), abordou-se a inclusão dos cidadãos no processo de ocupação e geração de renda, sem afastar a busca por um meio ambiente equilibrado.

No que toca ao Eixo de Infraestrutura (Dimensão Econômica), discutiu-se a ligação entre os municípios e mesmo entre as zonas de produção agrícola e as áreas consumidoras do Brasil.

Ademais, observa-se que em todos os eixos de atuação estatal os municípios apresentam grande dificuldade de acesso aos programas federais, por motivos comuns:

- Municípios no Cauc;
- Assimetria de informações;
- Alto custo de implementação tendo em vista a realidade local.

2. Acesso a Direitos (Dimensão Social)

Este eixo foi organizado nos seguintes temas: Saúde, Assistência Social, Educação, Habitação e Saneamento, Regularização Fundiária, Segurança Pública e Mobilidade Urbana, Esporte e Lazer.

2.1. Saúde

“Os melhores médicos são os pilotos das aeronaves que transportam os doentes/acidentados para Santarém”. Naiá Fonseca – Procuradora do município de Itaituba

Com a construção da BR 163 o número de acidentes aumentou muito, o que onera sobremaneira a infraestrutura ora instalada. Adicionalmente, nos casos em que se precisa de deslocamento para um centro que trate de casos intermediários e complexos, as prefeituras tem um grande custo com o transporte.

Outrossim, o alto custo para implementação das políticas de saúde causa grandes dificuldades para a região. Por exemplo, existem 4 projetos para construção de UBS, todavia o recurso repassado pelo governo federal é 1/4 do necessário.

Nesse sentido, a região precisa ofertar os 3 níveis da atenção à saúde – baixa/média e alta complexidade, para fazer frente aos crescentes impactos decorrentes dos grandes empreendimentos.

A situação em que se encontra a atenção básica, em especial, requer seu fortalecimento, com reforma de unidades e oferta e manutenção de equipamentos dos hospitais municipais e unidades básicas de saúde. Ademais, seria recomendável a construção de Hospital Regional.

2.2. Assistência Social

A maior mazela do município será a violação de direitos contra criança e adolescentes, uma vez que se estima que 4000 carretas passem no meio da cidade, com a construção da BR.

Dessa forma, faz-se necessária a estruturação da rede de proteção social, incluindo poder judiciário e conselho tutelar, e promoção de ações de capacitação para disseminar o conhecimento das políticas públicas em curso.

2.3. Educação

Existe um alto custo para implementação das políticas de educação, o que prejudica a efetividade dos programas federais na região. Para a construção e manutenção de escolas rurais, por exemplo, o recurso-padrão repassado pelo governo federal é insuficiente, o que exige que os municípios tenham de cobrir uma grande diferença para conseguirem concluir os projetos.

O governo do estado não mantém o ensino médio nos municípios, aliado a isso os municípios tem de ceder diversos servidores para oferta de serviços públicos estaduais. Em Jacareacanga, por exemplo, existem 28 funcionários cedidos ao estado do Pará.

Observa-se, ademais, uma carência na formação dos professores atuantes na rede de ensino local, dessa forma é importante o desenvolvimento de um processo coordenado de qualificação dos educadores.

Precisa-se, ainda, de uma universidade que atenda a região, considerando suas particularidades, oferecendo, portanto, cursos que atendam as demandas locais, tais como pesca, agronomia, mineração.

Nesse sentido é recomendável que se promova a participação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) no ensino superior nos municípios, reforçando a oferta de pós-graduação na região (mestrado e doutorado).

Nota-se, além disso, a dificuldade do acesso ao ensino em decorrência da oferta insuficiente de transporte escolar, o que se apresenta, portanto, como problema a ser enfrentado no âmbito da construção de uma Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) para a região.

2.4. Habitação e Saneamento

Neste tema, observa-se que a fragmentação da atuação dos municípios é muito prejudicial à consecução de suas atividades.

Assim, deve-se buscar realizar um trabalho de articulação dos planos municipais de saneamento e resíduos sólidos, com especial atenção à problemática dos lixões, uma vez que isso está fora do alcance dos municípios da região do consórcio do Tapajós.

2.5. Regularização Fundiária

*"O Terra Legal lá é ilegal". Raulien Queirós -
Prefeito de Jacareacanga*

É urgente a questão da Regularização fundiária. A área de expansão urbana está em contínuo crescimento, afetando, conseqüentemente, o entorno dos municípios. Os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida são um importante vetor de expansão urbana.

Dessa forma, é preciso envidar esforços para que se estimule a revisão dos planos diretores, para que esses reflitam a dinâmica territorial.

A não regularização de áreas rurais e urbanas é fator limitante a maiores investimentos privados, chegando mesmo a ser restritivo no caso dos investimentos públicos.

Há que se debater, finalmente, a visão de futuro para as cidades e regiões - como ficará a cidade nos próximos anos, tendo em vista a chegada de grandes empreendimentos e a, consequente dinâmica demográfica e pressão nos contornos urbanos?

A proposta para resolução desses problemas é a **Regularização fundiária urbana e rural**.

2.6. Segurança Pública e Mobilidade Urbana

A Infraestrutura urbana deve ser estudada com cuidado, tendo em vista o fluxo constante e aumento do tráfego entre os municípios.

Os municípios mantêm com recursos próprios as ações de segurança pública na região, o que causa precariedade na oferta desse serviço. Alerta-se que a Bolívia está a 400 km de Itaituba e o acesso até lá não tem nenhuma posto de fiscalização federal – policia rodoviária.

Nesse sentido, a ADT deve abordar o tema de segurança de tráfego entre os municípios, buscando incentivar a melhoria da sinalização viária, bem como a estruturação de ações de fiscalização (Polícias Federal e Rodoviária Federal).

2.7. Esporte e Lazer

Visando à melhoria da qualidade de vida da população local, há a demanda por **construção de infraestrutura de esporte e lazer**.

Quadro 1

Itens relevantes para formação da agenda da dimensão social

| Eixo | Políticas | Problemas | Itens para agenda |
|-------------------|-------------------------|--|--|
| Acesso a direitos | Saúde | Ampliação de acidentes devido a BR 163 | Novo plano diretor para a região de saúde (oferta de média e alta complexidade) |
| | | Maior Custo para implantação das políticas | |
| | | Mudança do quadro de necessidades de saúde devido aos novos empreendimentos | |
| | Assistência Social | Violação de direitos das crianças e adolescentes | Estruturação da rede de proteção |
| | Educação | Maior Custo para implantação dos equipamentos educacionais | Ampliação do acesso ao nível médio, superior e pós-graduação + qualificação da mão-de-obra local, para que estes se apropriem dos benefício gerados pelos grandes empreendimentos no território. |
| | | Dificuldade no acesso ao ensino médio | |
| | | Acesso e proximidade do Ensino Superior e a pós-graduação aos problemas da região | |
| | | Dificuldade no oferta de transporte e merenda escolar | |
| | Habitação | Ampliação do fluxo de pessoas para região devido aos novos empreendimentos - moradias de risco e favelização | Expansão da infraestrutura habitacional |
| | Saneamento | Falta de saneamento e esgoto. Existe apenas Lixões | Sistema de esgoto e saneamento + plano de resíduos sólidos |
| | Regularização fundiária | Expansão desordenada da área urbana | Regularização fundiária urbana, terras indígenas e Ucs |
| | | Falta de regularização das terras indígenas | |
| | | Falta regularização de áreas da União situadas em Unidades de Conservação (SNUC) | |
| | Segurança pública | Aumento de trafego entre os municípios | Segurança de tráfego e ações de fiscalização |
| | | Inexistência de postos de fiscalização rodoviária | |

3. Fortalecimento Institucional (Dimensão Institucional)

Este eixo foi organizado nos seguintes temas: Capacitação, Gestão, Finanças, Acesso a Programas de Governo.

3.1. Capacitação

O grupo identificou como uma importante deficiência regional a baixa qualificação profissional do corpo técnico das prefeituras, notadamente na área administrativa e de planejamento. Para melhorar este quadro, indicou-se a necessidade de haver um **curso de gestão pública da UFOPA** na região, bem como estabelecer parceria com a Escola de Governo do Pará.

Lembrou-se, ainda, que o Consórcio Tapajós aguarda a replicação dos cursos sobre construção de PPA's e elaboração de projetos oferecidos pela SPI - via Enap - aos gestores estaduais.

3.2. Gestão

Existe a necessidade de modernização da gestão, sobretudo na área de Tecnologia da Informação; cada município gerencia diferentes sistemas não integrados entre si (protocolo, orçamento, finanças, RH, patrimônio etc). Como resposta, sugeriu-se que o consórcio adote uma solução conjunta, como por exemplo a utilização do **sistema e-cidades ou similar**, que permita o diálogo entre as diferentes bases de dados.

As prefeituras também encontram dificuldade na manutenção de um quadro de servidores de carreira. Com rotatividade elevada resta difícil o investimento em capacitação de pessoal. Dos servidores que permanecem, diversos são cedidos para as administrações estadual e federal. Sabe-se que um servidor capacitado tende a permanecer por mais tempo em um mesmo local de trabalho, diminuindo o absenteísmo e a rotatividade. Assim, além de realizar **concursos públicos** com frequência, o Consórcio deve criar um plano de capacitação de servidores dos quadros municipais, com o intuito de evitar absenteísmo e evasão de mão de obra.

3.3. Finanças

“Reunião de prefeitos é que nem velório: é só choro! Mas pelo menos sai sorrindo, porque sempre tem um pior que a gente”. Danilo Miranda - Prefeito de Trairão

Problema grave que atinge os municípios do Tapajós é a arrecadação tributária, insuficiente para a manutenção das administrações locais. Não bastasse isso, alguns municípios têm pendências no Cadastro Único de

Convenientes - Cauc. A inscrição no Cauc veda a transferência voluntária de verbas de um ente para outro. Dessa forma, os municípios ficam proibidos de receber transferências voluntárias da União por intermédio dos convênios.

Com o objetivo de aumentar a arrecadação tributária, devem ser promovidas ações com vistas a viabilizar a regularização fundiária e, ato contínuo, **aumentar a arrecadação do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano - IPTU, bem como o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR.**

Um mecanismo constitucional para aumentar a arrecadação é a opção, pelos municípios, de arrecadação do ITR, de maneira que, assim procedendo, os municípios teriam 100% do valor do ITR, ao invés de repartirem metade com a União.

Outro mecanismo capaz de aumentar a arrecadação é o incentivo, por parte das administrações tributárias, de **emissão de notas fiscais.**

3.4. Acesso a Programas de Governo

Os municípios ressentem-se da falta de informações sobre os Programas do governo federal e estadual, o que deverá mudar com o esforço em curso, de **alinhamento dos PPA's** dos 3 níveis de governo e, no plano prático, com a disponibilização por parte da SPI de aplicativo (sistema informatizado) que permite a **identificação dos Programas Federais** por área de interesse ou pelo(s) ministério(s) envolvido(s).

Quadro 2

Itens relevantes para formação da agenda da dimensão institucional

| Eixo | Políticas | Problemas | Itens para agenda |
|---------------|---|---|---|
| Institucional | Capacitação | Baixa qualificação profissional do corpo técnico administrativo e de planejamento | Estruturação de curso de gestão pública UFOPA + Elaboração de projetos SPI/Enap |
| | Gestão | Gestão na área de tecnologia da informação (diferentes sistemas não integrados) | Modernização da gestão + plano de cargos e novos concursos |
| | | Dificuldade na manutenção de quadro de servidores de carreira | |
| | Finanças | Arrecadação tributária insuficiente para manutenção das atividades | Incentivar a emissão de notas fiscais + Promover ações para regularização fundiária e aumentar IPTU e ITR |
| | | Pendências no Cadastro único de Convenientes (Cauc) | |
| | Acesso ao programas de governo federal e estadual | Falta de informações sobre os programas e ações de governo federal e estadual | Alinhamento dos PPAs e plano de disponibilização das informações dos programas |
| | | Dificuldade técnicas (elaboração de projetos) para atender as solicitações para entrada nos | |

4. Inclusão Produtiva e Meio Ambiente (Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Regional)

Este eixo foi organizado nos seguintes temas: Qualificação Técnica e Extensão Rural, Regularização Fundiária, Infraestrutura Local, Fomento à Produção, Comercialização e Geração de Renda.

4.1. Qualificação Técnica e Extensão Rural

Foi identificada a necessidade da criação de cursos técnicos profissionalizantes e de graduação voltados para a realidade regional, sobretudo focando a questão da agricultura familiar e do uso sustentável dos recursos naturais, propiciando a formação de técnicos e pesquisadores locais, que possam atuar em benefício da região.

A atual estrutura de Assistência Técnica e Extensão Rural estatal (Emater) é precária para o atendimento às famílias da região, também sendo um objetivo buscado pelo Consórcio a melhoria destes serviços.

Além disso, visualizou-se a possibilidade de constituição de cooperativas prestadoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, bem como eventuais cooperativas de produtores poderão constituir áreas específicas para prestarem também estes serviços.

4.2. Regularização Fundiária

Embora tratado no Eixo Acesso a Direitos, aqui este tema merece destaque especial, pois está na raiz das limitações de todas as cadeias produtivas vinculadas ao uso da terra. A ausência da regularização dominial é um forte inibidor de investimentos, dada a incerteza sobre os cenários futuros, desestimulando inclusive a captação de crédito para atividades produtivas.

4.3. Infraestrutura Local

Trata da importância do apoio do Poder Público na implementação e melhoria da infraestrutura local, voltada à produção e comercialização dos produtos locais. Isto inclui, além das já citadas estradas vicinais da região, equipamentos como armazéns, entrepostos comerciais, feiras do produtor e melhor organização das feiras-livres.

Também foi tratada a questão da dificuldade do escoamento da produção devido à baixa oferta de transporte de cargas locais (frete), tornando este serviço caro e com frequência irregular.

4.4. Fomento à Produção, Comercialização e Geração de Renda

A realidade regional demanda intensificação de recursos tecnológicos nas cadeias produtivas, com grande possibilidade de agregação de valor aos produtos atualmente existentes na região, sem nada ainda dizer sobre a eventual introdução de novas atividades e produtos agrícolas ou pecuários.

Dentre as atividades e práticas atuais, algumas se destacam por sua importância econômica e social, e sobre estas foram apresentadas propostas e ideias, como a seguir:

i. Uso da Floresta:

Grande parte da exploração da madeira na região é praticada de forma predatória, mesmo porque, via de regra, não considera outros usos possíveis da floresta, nem a sustentabilidade da atividade ao longo do tempo.

Há uma demanda por projetos que propiciem a exploração racional dos recursos da floresta, havendo grande expectativa pela implementação dos Planos de Manejo Sustentável nas Florestas Nacionais (Flonas) da região.

Também aqui se demanda a estruturação de mercados e incentivos à indústria local no sentido de agregação de valor à estes produtos (movelaria, óleos vegetais, frutas, artesanato com produtos locais).

ii. Pecuária:

Nota-se que é uma atividade importante também para a Agricultura Familiar.

Destacou-se necessidade da intensificação do uso de tecnologia, com o objetivo de aumento do rendimento da atividade, o que por sua vez, em tese, diminuiria a pressão do desmatamento da floresta nativa.

Volta aqui a importância da existência de serviços de ATER de boa qualidade na região.

iii. Garimpo e Mineração:

As grandes empresas de mineração estão tomando o lugar de pequenos produtores, deixando-os à mercê da própria sorte, uma vez que essa mão de obra não é realocada do mercado de trabalho.

A região enfrenta também dificuldades com o garimpo, porque a atividade não tem uma política clara para atender os pequenos garimpeiros.

É imperiosa, portanto, a regularização da atividade garimpeira, com a definição das áreas exploráveis, compatibilizando sua existência com o processo de licenciamento ambiental e recuperação das áreas já degradadas. Além disso, deve-se buscar estabelecimento de claras, tanto para as grandes empresas como para os pequenos produtores.

iv. Fruticultura:

Ainda em estado embrionário, pois o cultivo de frutas da floresta é ainda incipiente, havendo praticamente o extrativismo.

Propôs-se como estimulador da atividade a existência de agroindústrias regionais que permitam o processamento e conservação das polpas de frutas, o que poderia se dar por meio de cooperativas. Estas, por sua vez, demandariam apoio ao Poder Público para sua implantação e investimentos iniciais.

v. Outras Atividades

Há ainda uma gama de atividades econômicas de menor expressão ou mesmo inexistentes, mas que, na visão do Consórcio, deveriam ser estimuladas e fomentadas pelo Estado, como o Artesanato (caso da fibra da banana e outros), a Aquicultura (inexistente); a Pesca (importância razoável) - demandam por crédito e assistência técnica; o Turismo (cavernas de Rurópolis, Unidades de Conservação); e a Reciclagem, para esta foi pensada a necessidade de formação de Cooperativa de Catadores, estímulo à reciclagem do lixo doméstico e construção de Usinas de Compostagem.

Quadro 3

Itens relevantes para formação da agenda da dimensão social e ambiental

| Eixo | Políticas | Problemas | Itens para agenda |
|--------------------|-------------------------|---|--|
| Inclusão produtiva | Desenvolvimento agrário | Manejo florestal em terras privadas como um gargalo | Possibilidade de se trabalhar na região o turismo ambiental e estudos científicos + Ações de assistência técnica (inclusive em Unidades de Conservação) + Edital de concessão de áreas de Floresta Pública |
| | | Baixa capacidade técnica da população local para extrair recursos sustentáveis e de gerar renda efetiva | |
| | | Baixa capacitação dos pescadores | |
| | | Escassez de crédito para produtores | |

5. Infraestrutura (Dimensão Econômica)

*“Há poucos anos, fazíamos em 4 a 8 dias a viagem que hoje fazemos em 4 horas.”
(Relatos diversos)*

Este eixo foi organizado nos seguintes temas: Logística e Transporte, Energia, Habitação e Saneamento e Inclusão Digital.

5.1. Logística e Transporte

Um entrave ao desenvolvimento da economia local e da agricultura familiar é a frágil infraestrutura para o escoamento da produção das antigas áreas de colonização e assentamentos, locais onde há necessidade da **recuperação e manutenção de estradas vicinais**, que na região são muitas e extensas. Este aspecto da infraestrutura local tem relação direta com futuras políticas de incentivo à agregação de valor aos produtos da região, dado que este também é um objetivo do Consórcio.

A **BR-163**, que atravessa todo o território e passa pelas sedes de alguns municípios, após seu asfaltamento requer obras complementares, como a **sinalização** ao longo da via, e **dispositivos urbanos de acesso e travessia**, tanto para veículos como pedestres. O mesmo se aplica à **BR-230** (Rodovia Transamazônica).

Zerar o déficit aeroportuário regional e favorecer as condições de mobilidade aquaviária da população da região também foram colocadas como questões importantes para o Consórcio.

Objetivo antigo da região, e na análise do Consórcio cada vez mais urgente, é a construção de uma **ponte sobre o Rio Tapajós** para vencer a travessia Itaituba-Miritituba, hoje feita por balsas. Segundo os relatos e o que todos os estudos/prospecções afirmam, o fluxo de veículos leves e pesados vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, e com a implantação dos portos fluviais graneleiros e a instalação das hidrelétricas na região, este fluxo aumentará vertiginosamente, trazendo mais transtornos, custos e riscos para o transporte de pessoas e cargas.

5.2. Energia

Há na região do consórcio comunidades rurais muito distantes da rede elétrica integrada ao Sistema Nacional Integrado- SIN. Para essas comunidades, relativamente isoladas, propôs-se viabilizar a interligação (**Luz Para Todos**), ou, na impossibilidade imediata, **geração local** de energia.

É importante salientar que, tendo em vista sua precariedade, as interrupções no fornecimento de energia elétrica são frequentes na região.

5.3. Habitação e Saneamento

Antevendo o grande afluxo de pessoas para a região, impõe-se a **expansão da infraestrutura habitacional e estruturar de forma integrada um sistema de esgoto e saneamento para a região** como alternativa à moradia de risco e favelização; inevitáveis quando não são tomadas as medidas antecipatórias necessárias.

Na mesma linha, vê-se a importância da elaboração do plano regional de resíduos sólidos, visto que atualmente existem somente lixões na região

5.4. Inclusão Digital e Bancarização

O Território do Consórcio do Tapajós tem problemas de conectividade à rede mundial de computadores. Os municípios aderiram ao Programa Cidade Digital, porém a velocidade de processamento da Banda Larga, na região, é lenta, quando não interrompe-se a conexão. Há também o Programa Estadual Navega Pará, conhecido na região como “Afunda Pará”.

Todos os municípios do Consórcio, à exceção de Itaituba, não são dotados de agência bancária, o que prejudica a economia local, bem como a população.

Quadro 4

Itens relevantes para formação da agenda da dimensão econômica (infraestrutura)

| Eixo | Políticas | Problemas | Itens para agenda |
|----------------|-----------------------------------|--|---|
| Infraestrutura | Logística e transporte Rodoviário | Frágil infraestrutura para escoamento da produção | Plano de recuperação das estradas vicinais + Obras complementares + construção da ponte sobre o rio Tapajós |
| | | Obras complementares e dispositivos urbanos de acesso e travessia (BR 163 e BR 230) | |
| | | Fluxo ampliado para a travessia Itaituba-Miritituba devido ao porto e a instalação das hidreletricas | |
| | Aviação regional | Déficit aeroportuário regional | Plano para construção e manutenção de 4 aeródromos |
| | Hidroviários | Dificuldades para mobilidade hidroviários | Plano Hidroviário Estratégico – PHE |
| | | Necessidade de implantação de Portos Fluviais | |
| | Energia | Interrupções no fornecimento e dificuldades de acesso de energia elétrica na região | Viabilizar a interligação pelo "Luz para Todos" + plano para geração local de energia |
| | | Dificuldades de acesso por comunidades em áreas isoladas | |
| | Inclusão digital | Problemas de conectividade a internet, velocidade de processamento baixa | Plano de inclusão digital (possibilidades no Programa Cidade Digital) |
| | Bancarização | A exceção de Itaituba, os municípios não são dotados de agência bancária | Ampliar agências bancárias |

6. Considerações Finais

Observou-se que um dos grandes desafios é incluir os cidadãos no processo de ocupação e geração de renda, com o objetivo reflexo de combater a extrema pobreza que atinge os municípios da região. Ainda, esse processo deve zelar por um meio ambiente equilibrado, de maneira a conciliar a exploração de recursos naturais com a proteção do mesmo.

Há que se buscar o fortalecimento institucional, através da modernização da gestão e o investimento em programas de capacitação de servidores se mostram necessários. Deve-se somar a isso a modernização dos sistemas de tecnologia da informação, como forma de melhor organização dos processos administrativos e de gestão.

É fundamental o desenvolvimento de ações que visem a fortalecer a integração regional e a ligação entre as regiões produtivas e o mercado consumidor nacional, com o propósito de escoar a produção da área do Consórcio.

Os municípios apresentam déficit generalizado em diversas áreas ligadas à proteção social. Assim o acesso à saúde só é garantido por meio de hospitais instalados em outras cidades, bem como existe falta de uma equipe básica de assistência social aos desamparados e vítimas de crimes e abusos.

A oferta de ensino é precária, carecendo em especial do ensino médio, que deveria ser ofertado pelo Governo do Estado na região.

O desafio que se põe é garantir o acesso universal a essas políticas.

Nesse contexto, como forma de fazer frente às demandas do território deve-se buscar que na elaboração dos programas federais sejam consideradas tabelas de custos específicas para a região, tendo em vista a complexidade local.

Ademais, a formulação das políticas públicas não deve ser padronizada para todo o país. É fundamental, portanto, a consideração das especificidades locais na elaboração de programas federais, permitindo a apropriação da cultura regional na atuação do Estado.